

O RECORDE DA DÍVIDA

Existe algo profundamente errado em um país que bate recorde de famílias endividadas e trata o assunto como se fosse só mais um indicador na planilha.

Segundo a CNC, 81,6% das famílias brasileiras têm algum tipo de dívida. Traduzindo para a vida real: em cada dez casas da sua rua, oito convivem com parcelas, faturas de cartão, financiamentos ou contas que se acumulam.

O dado importa porque ajuda a desmontar uma ilusão que tomou conta do debate econômico nos últimos anos. O governo gosta de falar de consumo, de vendas, de atividade econômica. O que ele não diz é que há uma diferença enorme entre uma população que consome porque ficou mais rica e uma população que consome porque ficou mais endividada. São fenômenos de naturezas opostas.

Uma família que vê a renda crescer pode comprar mais porque produziu mais riqueza. Já a família que depende do cartão para fechar o mês não está consumindo prosperidade nenhuma: está apenas empurrando para frente um problema que mais cedo ou mais tarde vai precisar encarar.

E é isso que os números começam a revelar. O Brasil não está batendo recorde de investimento, nem de produtividade, nem de renda. O recorde nacional, esse sim, está no endividamento das famílias.

Não é difícil entender como chegamos aqui. Nos últimos anos, o país se acostumou a usar o crédito como remédio para problemas que só se resolvem gerando riqueza a de verdade, com crescimento e ganho de produtividade. Quando a renda aperta, aparece uma nova linha de financiamento. Quando o orçamento doméstico trava, surge mais uma modalidade de empréstimo. No fim, a economia continua girando, só que apoiada cada vez mais sobre uma montanha de dívidas.

Essa lógica até produz bons números no curto prazo. O comércio vende, o consumo aparece nas estatísticas e o governo comemora. Mas, dentro de casa, a história que se conta é outra.

Existe ainda um efeito político pouco discutido nesse processo. O endividamento crescente cria uma população cada vez mais dependente de crédito, renegociação de dívidas, programas de transferência de renda e medidas emergenciais para fechar as contas do mês. Em vez de ampliar a autonomia econômica das famílias, o modelo acaba ampliando sua dependência. O cidadão deixa de fazer planos de longo prazo e passa a administrar vencimentos, parcelas e limites de crédito. Uma sociedade que vive permanentemente preocupada com a próxima fatura é uma sociedade que perde capacidade de acumular patrimônio, investir no futuro e transmitir prosperidade para a próxima geração.

Quem vive no Brasil sabe que a sensação não é de prosperidade. O brasileiro trabalha mais, entrega uma fatia maior do que ganha em imposto, encara preços mais altos e, ainda assim, tem cada vez mais dificuldade para poupar, juntar patrimônio ou melhorar de vida. O dinheiro passa pelas mãos numa velocidade crescente, mas sobra cada vez menos quando o mês termina.

Por isso, os 81,6% deveriam acender um sinal de alerta no país inteiro. Uma economia saudável cria riqueza antes de criar crédito. No Brasil de hoje, isso parece funcionar ao contrário: o crédito aparece justamente para tapar o buraco de uma riqueza que nunca foi gerada.

O fiscal da irresponsabilidade de Lula transformou a dívida em política econômica e a pobreza em condição permanente para milhões de brasileiros.

E o resultado está à vista de todo mundo. O Brasil segue batendo recordes, mas são os recordes errados. Quando o maior deles passa a ser o número de famílias endividadas, talvez já seja hora de encarar uma verdade incômoda: o empobrecimento não foi um acidente de percurso, e sim a consequência direta do modelo que se escolheu seguir.

- **Recorde negativo:** O endividamento alcança 81,6% das famílias brasileiras, enquanto investimento, produtividade e renda permanecem insuficientes.
- **Consumo artificial:** A expansão do crédito sustenta temporariamente o comércio e a atividade econômica, mas esconde a perda de renda e o empobrecimento das famílias.
- **Dependência permanente:** Dívidas, renegociações, transferências de renda e medidas emergenciais reduzem a autonomia econômica e dificultam a formação de patrimônio.

